

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PROMOTOR(A)
DE JUSTIÇA DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E
DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON MARACANAU**

DEFESA ADMINISTRATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2507056400100028301
CONSUMIDORA: DELBIA FELIZ BEZERRA
FORNECEDORA: SER EDUCACIONAL S.A.**

SER EDUCACIONAL S.A., mantenedora da **FACULDADE UNINASSAU**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.986.320/0015-19, com sede na Av. Visconde de Rio Branco, nº 2.078, Joaquim Távora, Fortaleza - CE, CEP 60.055-171, vem, com o sempre merecido respeito e acatamento de estilo, por conduto de seus patronos que a presente subscrevem, apresentar considerações para a elucidação da **RECLAMAÇÃO**, movida por **DELBIA FELIZ BEZERRA**, expondo, para ao final requerer, o que faz nos seguintes termos:

I – DOS FATOS ALEGADOS

A consumidora informa que é aluna da Uninassau desde 2017. No entanto, em razão da pandemia de COVID-19, optou por trancar o curso no ano de 2020, retornando às atividades acadêmicas no primeiro semestre de 2021, oportunidade em que passou a cursar as disciplinas então disponíveis, conforme a nova organização da grade curricular.

Em razão das alterações na matriz curricular, a aluna passou a cursar disciplinas em turmas distintas. No ano de 2025, restando apenas uma disciplina para a conclusão do curso, foi surpreendida com a cobrança de valores considerados excessivos, variando entre R\$ 290,02 e R\$ 1.257,51. Ressalta-se que a maioria das faturas já foi devidamente quitada, pendendo apenas os meses de maio e junho.

Apesar de buscar atendimento junto à coordenação do curso, foi orientada a encaminhar sua demanda à Central de Atendimento ao Aluno. Contudo, todos os chamados abertos foram indeferidos, sem solução concreta para o impasse.

Diante disso, requer a revisão dos valores cobrados, com base na proporcionalidade entre a carga horária efetivamente cursada e os valores exigidos, bem como a autorização para o pagamento da disciplina remanescente, a fim de viabilizar a conclusão do curso.

II – DA REALIDADE FÁTICA E DO DIREITO

A aluna alega que, ao restar apenas uma disciplina para a conclusão do curso, foi surpreendida com cobranças que entende como excessivas, variando entre R\$ 290,02 e R\$ 1.257,51, e que não obteve solução após sucessivos atendimentos. Contudo, é necessário esclarecer que a cobrança realizada está devidamente fundamentada nas normas institucionais e nos contratos celebrados.

Inicialmente, cumpre destacar que a discente não apresentou os comprovantes de pagamento relativos ao período questionado, o que impede a verificação da quitação de eventuais parcelas e dificulta o acolhimento de sua pretensão de revisão de valores com base apenas em alegações genéricas.

Realizada análise interna, verificou-se que os valores em aberto estão vinculados aos seguintes itens:

Parcela do acordo (mensalidade de maio): R\$ 113,40

Mensalidades de março, abril e junho: R\$ 283,51 cada

Parcelas do SER Solidário: R\$ 9,15/mês

Dessa forma, não há cobrança excessiva ou indevida. A composição da dívida decorre da reorganização curricular, da concessão de bolsa solidária e da própria adesão da aluna ao parcelamento de matrícula.

Assim, a IES apresenta a seguinte proposta de acordo para regularização da aluna:

O valor total dos lançamentos vencidos, atualizados de juros e multa é de **R\$ 1.040,12 e poderá ser pago em até 10x no cartão de crédito.**

Ante o exposto, verifica-se que a IES tem agido nos termos do contrato celebrado entre as partes, pelo que não há o que se falar em cobrança indevida ou a maior, ou em ato ilícito cometido.

Da perfunctória análise dos fatos conclui-se que inexistente qualquer ato ilícito por parte da Faculdade Uninassau, haja vista que os valores pactuados e cobrados estão em acordo com o contrato firmado.

III – DO PEDIDO

Por tudo o quanto exposto, a peticionária requer que se dignem vossa(s) Senhoria(s) de uma vez considerando os argumentos da presente Defesa Escrita, **determinar (em) o arquivamento do processo administrativo em epígrafe**, visto que inexistente qualquer tipo de ingerência da Faculdade Maurício de Nassau quanto ao alegado.

Nestes termos, respeitosamente,
Pede e espera deferimento.

Fortaleza/CE, 08 de agosto de 2025.

Adenauer Moreira
OAB/CE nº 16.029-A

Vanessa Araújo
OAB/CE 20.107-A

Irana Magalhães
OAB/CE nº 45.991

Joyce Lima
OAB/CE nº 10.591

Mariana Filizola
OAB/CE nº 24.857